

O TRABALHADOR INFORMAL NOS ÔNIBUS: uma das faces da questão urbana na Região Metropolitana de Belém/RMB

Christiane Pimentel e Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

João Paulo Gois Alves

Universidade Federal do Pará (UFPA)

O TRABALHADOR INFORMAL NOS ÔNIBUS: uma das faces da questão urbana na Região Metropolitana de Belém/RMB

Resumo: O processo de ocupação espacial na Região Metropolitana de Belém ocorreu de forma desigual acompanhando a natureza diferente da produção do valor; segregando grande parcela da população em áreas de baixadas ou periféricas destinadas, freqüentemente, a pessoas de baixa renda e/ou a ocupações precárias. As condições de produção capitalista contemporânea têm proporcionado um aumento do trabalho informal que acaba por se submeter à lógica do mercado. Diante do emaranhado de ocupações informais, optou-se por observar o trabalhador ambulante nos ônibus, que se insere em um ambiente de trabalho caracterizado pela flexibilidade.

Palavras-chave: trabalho informal, subcontratação, flexibilidade.

THE INFORMAL WORKERS IN THE BUSES: an urban matter issue in the metropolitan Brazilian city of Belém

Abstract: The process of space occupation in the Brazilian's city of Belém metropolitan area occurred in unequal ways, following the different nature of the local production, segregating a great part of the population to the poorest or peripheral areas. The capitalist conditions of contemporaries' production have contributed for an increase of the informal work market, that ends up submitting itself to the logic of the market. Considering the informal confusing city areas' occupation it was chosen to observe the ambulant workers in the buses, who occupy a flexible work environment

Key words: informality, subcontracts, flexibility.

Recebido em 20.09.2008. Aprovado em 31.10.2008.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas cinco décadas o mundo do trabalho sofreu profundas transformações em sua materialidade e subjetividade provocando graves impactos na vida social como o aumento da concentração da renda, precarização e informalização ampliadas do mercado de trabalho alterando, significativamente, o perfil da força de trabalho ativa.

Devido à drástica redução do trabalho formal e alto nível de desemprego, segmentos expressivos de trabalhadores ficaram obrigados a exercer vários tipos de trabalhos eventuais, temporários e passageiros, comumente conhecidos por “bicos”, ou regimes especiais de trabalho, trabalho informal, autônomo, etc. enfrentando condições precárias para garantirem sua sobrevivência.

As cidades, por concentrarem a grande maioria da população dos territórios, são mais afetadas pelo aumento acelerado de formas de trabalho e de trabalhadores informais, profissionais autônomos e empregadores em unidades produtivas, muitas vezes precárias, informais, trabalhadores ambulantes, trabalhadores domésticos e trabalhadores assalariados, todos sem registro e carteira de trabalho assinada.

Em meio à heterogeneidade das ocupações informais, busca-se, nesta reflexão, destacar as características que remetem ao perfil do mundo do trabalho vivenciado por camelôs e ambulantes. A atividade ambulante se desenvolve sob diversas facetas, como a revenda de mercadorias industriais (alguns casos, encontra-se mercadoria contrabandeada) ou venda direta de artigos artesanais. Não é ignorado que nos espaços públicos da cidade, além dos trabalhadores ambulantes, são encontrados pedintes e vendedores que exploram imagens de apelo à caridade humana, como pessoas carregando bebês. Mas, esses não serão considerados por possuírem características diversas do segmento de trabalhadores que privilegiamos no âmbito da presente reflexão.

Os ambulantes e camelôs podem ser encontrados constantemente em praças públicas e avenidas movimentadas, todavia, tais trabalhadores não se restringem ao espaço das ruas e calçadas. Outro segmento dessa modalidade de trabalhador informal, facilmente identificado atualmente, é o que oferta suas mercadorias nos transportes coletivos. É esse o trabalhador que será o alvo das observações e argumentações contidas no presente artigo.

2 CIDADE E TRABALHO

Antes do surgimento da cidade, os seres humanos caçavam, lascavam pedra, pescavam, aravam, etc. de acordo com o momento e o lugar habitado, sem que isso representasse a

especialização ou divisão fixa de um trabalho a ser realizado todos os dias. A cidade tornou possível a divisão geral do trabalho por sua natureza e capacidade de mobilização e distribuição de força de trabalho. Assim, de acordo com Mumford (2004, p. 119):

[...] foi possível, pela primeira vez, desempenhar, uma vida inteira, uma ocupação fracionária: o trabalhador era uma peça substituível e uniforme numa complexa máquina social fixada na mesma posição, repetindo as mesmas operações, confinada dentro do mesmo local durante toda a sua vida.

Mumford (2004) pondera, ainda, que a estratificação ocupacional propiciada pela vida urbana promoveu a segregação das funções econômicas e estagnação dos papéis sociais. A divisão espacial do trabalho gerou construções que, assim como as ocupações trabalhistas, hierarquizavam espaços por meio da dominação dos centros. O espaço fragmentou-se sob formas de apropriação do trabalho, apresentando-se também como mercadoria.

As primeiras expressões da urbanização na Amazônia, em especial no estado do Pará, ocorreram vinculadas a atividades de extrativismo mineral e vegetal, pesca e caça. Tal particularidade contribuía para concentrar a maioria da população dessa região nas áreas rurais. O cenário começou a mudar quando, por meio do advento do primeiro ciclo de exploração da borracha, no período compreendido entre os anos de 1850 e 1910, iniciou-se a substituição do chamado ciclo das drogas no sertão. À época, devido à crescente industrialização nos países capitalistas avançados, a exemplo dos Estados Unidos e Inglaterra, a exploração da borracha tornou-se atividade produtiva hegemônica da Amazônia. Assim, o acelerado crescimento econômico e produtivo desses anos provocou um intenso fluxo migratório para a região, determinante decisivo para a transformação de povoados e vilas em cidades ou, ainda, para a transformação de pequenas cidades em centros metropolitanos, como ocorreu com a capital do estado do Pará, Belém.

Fialho Nascimento (2006) argumenta que outro momento de elevada imigração no estado do Pará sobrevém de ações de incentivo fiscal¹ instauradas para possibilitar o processo desenvolvimentista via industrialização, iniciado no ano de 1953, visando à dinamização da economia na região amazônica. Segundo Leal *apud* Fialho Nascimento (2006), os empreendimentos-enclaves mais conhecidos pelo termo grandes projetos retiravam recursos naturais em abundância da Amazônia, a exemplo do projeto da Companhia Ford, localizado próximo ao rio Tapajós, no estado Pará. Nessa perspectiva, a implantação dos grandes projetos para a autora

[...] contribuíram, dentre outros, para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência - a terra e os espaços da natureza. A essa expropriação seguiu-se, para uma expressiva parte deles, como única alternativa de sobrevivência, a migração, o que contribuiu, ao lado de outros processos decorrentes da dinâmica das relações capitalistas na região, para, por exemplo, a reconfiguração da rede urbana da Amazônia. [...] Por um lado, essa migração produziu uma alta concentração urbana nas capitais da Região Norte, como é o caso de Belém. (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 15)

A redistribuição e concentração urbana na Região Metropolitana de Belém (RMB) ocorreram atendendo particularidades geográficas². Os espaços de terra firme foram ocupados pelas classes dominantes e as terras de baixadas ocupadas pela população de baixa renda configurando a segregação social, ou, conforme as palavras de Wacquant (2008), um confinamento das posições ocupacionais subordinadas. A busca pelos terrenos de terra alta provocou a aglomeração de estabelecimentos de comércio e serviços na região central da cidade formando, ao mesmo tempo, as chamadas periferias.

A partir dos anos de 1980, devido a novos fluxos migratórios campo-cidade, surgiram as ocupações de vazios urbanos, conhecidas como “invasão”, ao longo das terras da Marinha e da Universidade Federal do Pará. Com a continuidade e ampliação do processo migratório, principalmente das cidades do interior do próprio estado, no ano de 1999 a RMB possuía uma taxa de urbanização de 78,48%, de acordo com o Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), e uma taxa de desemprego de 9,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os trabalhadores não absorvidos pelo mercado de trabalho regular e formal procuram outras formas de inserção: quase sempre ocupações precárias e de baixa qualificação, muitas delas hoje impulsionadas pelo ideário neoliberal, por meio do discurso do *empreendedorismo*, responsabilizando-se o próprio indivíduo pela sua empregabilidade ao transformar-se em empresário “autônomo”. (KRAYCHETE, 2002)

Novas configurações mundiais iniciadas a partir da crise da produção norte-americana de 1973³ repercutiram sobre o Brasil agravando ainda mais o mundo do trabalho. Para enfrentar essa crise foram adotadas inovações tecnológicas e novas estratégias de gestão do trabalho e produção provenientes das grandes empresas japonesas. A mudança no modelo de produção atingiu diversas

dimensões estruturais e conjunturais, da economia à política, repercutindo diretamente na vida da classe-que-vive-do-seu-trabalho⁴.

O toyotismo, a nova proposta produtiva, combina o uso intensivo de tecnologia de ponta, terceirização e flexibilidade para se ajustar a diferentes demandas que, segundo Antunes (2007), de um lado favorece o processo de diminuição do trabalho estável e, de outro lado, promove aumento do novo proletariado fabril e de serviços por intermédio das formas de horizontalização, do acréscimo da *lean production*⁵ e da introdução da máquina informatizada, como a “telemática,” que permite relações diretas entre empresas muito distantes.

O proletariado⁶ da indústria verticalizada, típica do sistema taylor-ford, é reduzido drasticamente após o ingresso da produção fundamentada nos princípios toyotistas que propõem o fim dos estoques, a polivalência dos trabalhadores, a criação de células de produção – pólo industrial – e círculos de controle de qualidade/CCQ, a terceirização, o trabalho em equipe, a diminuição do “chão da fábrica” e a flexibilidade que transfiguram a acumulação do capital físico/financeiro em líquido/especulativo. (ANTUNES, 2007)

Além dessas medidas, fábricas e indústrias externalizam suas atividades para alcançar uma maior rentabilidade, fazendo crescer o setor de prestação de serviços ou terceirização. Segundo Harvey (1992, p.143), a partir dessa externalização da produção houve redução do emprego regular em decorrência do emprego em tempo parcial, temporário ou subcontratado que gerou dois grupos de trabalhadores: **1º**) trabalhadores centrais, que ainda preservam emprego em tempo integral e conservam direitos trabalhistas e **2º**) trabalhadores periféricos, empregados geralmente em tempo parcial, com alta taxa de rotatividade, cujas habilidades são encontradas em abundância no mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva implica no processo de desindustrialização que consiste em externalizar todas as funções da empresa que não valorizam diretamente o capital. Assim, são terceirizadas as funções de manutenção, contabilidade, recursos humanos e limpeza. De acordo com Braga (2007), são externalizadas até mesmo as atividades de engenharia, projeto e controle financeiro, permanecendo na indústria “enxuta” apenas aquelas consideradas mais lucrativas.

Essa aplicabilidade dos princípios do sistema *just-in-time* entre unidades industriais diversas, sob a forma de subcontratação, acima referida, forma uma cadeia produtiva chamada por Harvey (1992, p. 145) de “pirâmide de fornecedores” e representada pela grande empresa que contrata os fornecedores de primeiro nível. Esses, por sua vez, precisarão contratar uma terceira empresa de fornecedores de segundo nível, etc. Isso significa, em outras palavras, que as empresas de grande porte transferem seus custos com a manutenção

de estoques e força de trabalho para as empresas subsidiárias.

O processo de acumulação produtiva baseado na flexibilização da indústria por um lado dispensa grande número de empregados regulares e, por outro, continua empregando um contingente significativo de trabalhadores; no entanto, sem os vínculos trabalhistas legais, por meio da transferência de partes da produção de determinada mercadoria, anteriormente realizadas no interior da fábrica, para o exterior do meio fabril, por meio dos trabalhos precarizados, terceirizados, sobcontratados, *part-time*⁷, emprego temporário, etc. ou os trabalhadores que vivenciam o desemprego estrutural e que, ocasionalmente, participam de alguma atividade eventual. (TAVARES, 2004)

Essa mesa autora também argumenta que, dentro ou fora da fábrica, o trabalho continua produtivo, emergindo uma nova exploração do trabalho por meio de relações informais em larga escala tanto no âmbito da produção quanto na circulação de mercadorias. A forma contemporânea do trabalho é dada pela expressão do trabalho social; entretanto, mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, sendo todas essas formas de trabalho precário partes constitutivas do processo de produção capitalista.

Se o capital conseguisse eliminar completamente o trabalho vivo, não conseguiria a perpetuação de sua reprodução, pois a criação de valores de troca é resultado da articulação entre trabalho vivo e trabalho morto⁸. Sendo assim, a categoria trabalho na sociedade contemporânea não perde sua centralidade. Mesmo em atividades mais intelectualizadas/qualificadas não se evidencia o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais-valia relativa e absoluta que se realiza em escala ampliada e mundializada. “Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho”. (ANTUNES, 2007, p. 183)

Esse contexto favoreceu o aumento da competição entre trabalhadores e, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder sindical. São derivações do surgimento do novo processo de contratação da mão-de-obra impondo a flexibilidade nos acordos trabalhistas em detrimento de conquistas anteriormente alcançadas pelo trabalhador, como redução da jornada de trabalho, férias, décimo terceiro, seguridade social, dentre outras.

A parcela crescente dos desempregados tem tido dificuldades cada vez maiores de reinserção no mercado formal de trabalho, ou seja, a contratação em regime assalariado por tempo indeterminado e com carteira assinada. (ANTUNES, 2006) Essa nova configuração da classe assalariada é incorporada ao capital produtivo nas diversas modalidades de trabalho precarizado: trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time*⁹, informal¹⁰, entre tantas outras formas assemelhadas que se expandem em escala global. A crise do mercado de trabalho brasileiro dos anos 90 não fez apenas desempregados, mas

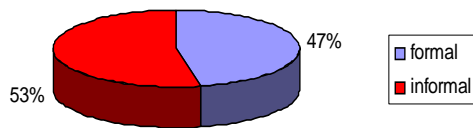
subempregados ou, mais precisamente, empregos com baixos salários ou sem remuneração. (POCHMANN, 2003)

3 PERFIL DO TRABALHO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/RMB

A Região Metropolitana de Belém/RMB é composta por cinco municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara) que concentram 40,92% de toda população urbana e 42,21% da População Economicamente Ativa/PEA do Pará, segundo análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE de 2002. De acordo com dados da PNAD 2002 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 – podemos perceber que a população ocupada se concentra em sua maioria no setor terciário, mais precisamente no comércio, setor que emprega 222.073 mil (23,8% das ocupações) pessoas na RMB; enquanto que setores como a agricultura, indústria e a construção civil empregam, juntas, apenas 28,8% da população ocupada.

A atividade informal explodiu nos últimos anos como conseqüência da reestruturação do mercado de trabalho, como dito anteriormente, e também pela política macroeconômica de recessão como mecanismo de estabilização econômica.

Na RMB tem-se uma concentração, segundo dados do IBGE, de 215.019 mil trabalhadores por conta própria, o que corresponde a 28,61% do total de ocupados. Mas o trabalho por conta própria não os torna “pequenos capitalistas”, pois muitos deles conseguem apenas auferir um total máximo de 2 (dois) salários mínimos, o que acontece com 61.035 mil trabalhadores; enquanto que apenas 8.568 mil trabalhadores conseguem obter mais de 5 a 10 salários mínimos. Usando a PNAD 2002 para medir a informalidade a partir de certas classes definidas na pesquisa do IBGE, podemos fazer uma mensuração da informalidade assim: **1)** as tabelas da PNAD são classificadas por temas – trabalho, rendimento, domicílios, migração, família e educação – sendo que o tema importante para a pesquisa é o Trabalho; **2)** do tema Trabalho pegamos as tabelas que classificam a ocupação por atividade, ou seja, quantidade de trabalhadores em determinadas atividades; **3)** escolhe-se as categorias que representem o Setor Formal e o Setor Informal da economia, que são os trabalhadores do estado, trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores domésticos com carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria e **4)** coleta-se os valores totais das categorias e então desenvolve-se um modo de mensurar a informalidade na região podendo até comparar a informalidade e a atividade formal.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2002

Gráfico 1 – Proporção do trabalho formal e informal na RMB em 2002

Conforme visualiza-se no gráfico 1, o trabalho informal é responsável pela maioria dos empregos ofertados na RMB. Além disso, pode-se ressaltar que, entre o ano de 1999 e 2002, o trabalho informal na RMB passou de 139.719 para 284.193 postos de trabalho, o que representa um crescimento de aproximadamente 33% dessa população.

4 TRABALHADORES INFORMAIS NOS ÔNIBUS DA RMB

Para compreender melhor as formas de trabalho precário, e em particular os trabalhadores ambulantes que fazem do transporte coletivo da RMB o seu locus de comercialização, será abordada nesta seção alguns relatos dos trabalhadores. Em meio a uma vasta diversidade de produtos, focalizou-se apenas duas modalidades de vendas: **a)** os trabalhadores que comercializam picolé, entendido neste texto como parte da terceirização trabalhista, por meio da subcontratação e **b)** os trabalhadores que vendem bombons caseiros e industrializados, representando respectivamente a produção artesanal e a revenda.

Concorda-se com Antunes (2006 e 2007) e Tavares (2004, p. 11) que a chamada produção informal é produto do movimento de produção e reprodução da acumulação do capital, ou seja, o trabalho informal é integrado ao sistema capitalista, pois as supostas relações de informalidade se caracterizam de forma semelhante à flexibilidade exigida no contemporâneo momento da acumulação.

A produção doméstica para os trabalhadores desempregados é vista como alternativa à crise do mundo do trabalho, resultado de uma iniciativa autônoma. Entretanto, Tavares (2004) aborda que o trabalho domiciliar ocorre ora sob determinação, planejamento e/ou comando direto de uma empresa; ora integrado e subordinado à produção pelos mesmos mecanismos do mercado.

Rosa Maria¹¹, 45 (quarenta e cinco) anos, 5 (cinco) filhos, ensino fundamental incompleto, nascida no município de Santa Bárbara, mora no bairro Guamá (um dos bairros iniciados pelo processo de ocupação da Universidade Federal do Pará), realiza a produção e a venda de bombons caseiros, comenta que

em casa só trabalham eu e a mais velha; ela trabalha na feira [...] do Guamá, numa barraquinha de frutas de uma conhecida. Eu faço uns R\$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais) por mês e minha filha recebe salário mínimo, mas tem também (dois) netos que moram com a gente. [...] O primeiro, de 3 (três) anos, e da menor que tem 15 anos; [...] o outro vai completar 2 (dois), é da mais velha. O restante não trabalha não. (informação verbal).

Ao falar sobre sua produção Rosa Maria informa que a filha mais nova ajuda no cozimento dos recheios e do chocolate, além de auxiliar na embalagem dos bombons, mas “só eu vendo porque ocupa o dia todo e elas têm que estudar [...] vão completar o segundo grau¹² esse ano [...] elas já fazem praticamente sozinhas”. Ao ser questionada sobre a idade de todos os filhos, quantos ajudam na produção familiar e quantos estão na escola, a resposta foi

a mais velha tem 25, depois vem o rapaz de 22, mais um homem de 21 e as duas outras meninas tem 17 e 15 anos. Todos estão na escola [...] menos a primeira que já acabou¹³ [...] mas só as menores que vão terminar esse ano o segundo grau [...] os dois tão atrasados, não trabalham, mas tão procurando emprego. As meninas cozinham e o de 21 ajuda, às vezes, na hora de embalar.

No depoimento de Rosa Maria percebemos que três pessoas participam da produção que garante o equivalente mensal de um salário mínimo, ou seja, como se apenas uma pessoa fosse remunerada. Outro aspecto que se pode ressaltar é dado pela tendência à feminização do mundo do trabalho, principalmente em postos informais.

Maria, 32 anos, 2 filhos, ensino fundamental incompleto, nascida no município de Oeiras do Pará, moradora do bairro da Terra Firme (uma das áreas ocupadas próximas à Universidade Federal do Pará), trabalha com a venda de bombons industrializados, as balas doces, gomas e mentas, aponta que sua renda mensal chega até 2 (dois) salários mínimos; entretanto, ela adverte: “é dinheiro para sustentar duas famílias, meus dois filhos, meu marido que não arranja emprego há mais de 1 (um) ano, meus pais¹⁴ e irmão”, revelando uma situação típica de co-residência, e continua: “eu vim do interior com 13 anos pra trabalhar em casa de

família¹⁵, me davam menos de 1 (um) salário mínimo; quando fiquei mais velha conseguia emprego que me dava o salário inteiro, mas nunca pediram minha carteira¹⁶”.

Essa é uma de muitas pessoas que trabalham “por conta própria” e não contribuem como autônomo para a previdência social; no entanto, Maria possui conhecimento sobre essa seguridade social e revela:

quando nasceu meu bebê mais novo que ainda vai completar um ano, não pude ficar em casa com ele. Se parasse ninguém comia. O que eu fazia era dar mama antes de sair de manhãzinha, tirar mais leite pra deixar na mamadeira e voltar na hora do almoço. Foram 8 meses que eu voltava bastante em casa, normalmente só volto à noite para não perder tempo, almoço na rua mesmo. (informação verbal)

Maria relata ainda que trabalha aproximadamente 13 (treze) horas por dia de segunda a sexta-feira e “meio-expediente” durante o final de semana: “sábado e domingo costumo trabalhar de tarde até as nove da noite porque têm os jovens que vão passear, sempre tem um trocado porque vão namorar, então tenho que ir”.

Analisando o “salário” atual de Maria como trabalhadora ambulante, percebe-se que, de fato, ela não recebe o montante de 2 (dois) salários mínimos; isso porque sobre essa mesma renda a trabalhadora precisa repor sua mercadoria, garantir a sobrevivência de 2 (duas) famílias e se quisesse ter “direito” à proteção social, como, por exemplo, a aposentadoria, ela ainda retiraria mais uma parte do seu “lucro”. Enquanto um trabalhador formal assalariado goza de benefícios, proteção social e certa estabilidade própria aos direitos do trabalho, como seguro-desemprego, décimo terceiro salário, licença maternidade, férias remuneradas, etc.

De acordo com o relatório da Gerência de Indicadores Socioeconômicos¹⁷ (GERIN), o custo da Cesta Básica na RMB referente ao mês de abril do ano de 2008 foi de R\$ 189,92 (cento e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), correspondendo a 45,76% do salário mínimo vigente de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais).

O trabalho desenvolvido por Maria possui algumas particularidades como o fato de que não é ela quem produz os bombons que vende; ela os adquire em uma loja especializada e os revende ao consumidor final nos ônibus que circulam na RMB. A venda de bombons por um trabalhador ambulante pouco se difere do trabalho realizado pelo funcionário do estabelecimento que vende em atacado ao trabalhador ambulante, mas este último consegue escoar mais rapidamente os produtos.

Outro representante do trabalho informal nos ônibus da RMB é Antonio Jorge, 49 anos, 4 (quatro) filhos, ensino médio completo, nascido em Icoaraci,

distrito de Belém, localidade de sua residência, vendedor de picolés da marca T, trabalhou em uma sorveteria. Antonio admite que sua experiência anterior influenciou sua decisão de se tornar um trabalhador autônomo

era uma sorveteria familiar quando trabalhei por quase 8 (oito) anos, mas foi vendida e quase todos foram mandados pra rua. Tentei arrumar trabalho fixo, até um colega falar desse trabalho [...] não precisava de mais de R\$ 10,00 (dez reais) pra começar, pois só era preciso pagar pelo picolé, o isopor era consignação. (informação verbal).

A empresa T, localizada em um bairro da cidade de Belém, vende cada picolé pelo comércio atacadista ao preço de R\$ 0,25. Antonio Jorge refere que seu trabalho começa às 8:00h e termina “na hora que eu consigo fazer R\$ 40,00 pois tem que ter dinheiro pra patroa fazer almoço e dinheiro pra mais mercadoria”. Esse trabalhador vende seu produto por valor igual a R\$ 0,50; conseqüentemente, precisa vender no mínimo 80 picolés todos os dias e seu lucro diário é igual a R\$ 20,00, como ele mesmo confirma: “ganho entre 1(um) e 2 (dois) salários no mês”.

Ao pesquisar o trabalho realizado por ambulantes que vendem picolé, encontramos uma das representações do que Marx designou, no capítulo XIX de O capital, de salário por peça, a “forma metamorfoseada do salário por tempo”, em que a intensidade do trabalho é controlada pelo comportamento do próprio salário, conforme Marx (1996, p. 184)

dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois, com isso, sobe seu salário diário ou semanal.

A natureza desse trabalho depende diretamente do processo de produção da empresa T que se utiliza do trabalho informal, e não do trabalho com contrato regular, para realizar a venda de seus produtos e, por isso, o trabalho de Antonio Jorge é interior ao processo de acumulação capitalista. Apesar da empresa T não contratar diretamente trabalhadores para a comercialização de seus produtos, os vendedores ambulantes realizam o escoamento dessa produção e recebem uma quantia (salário) igual ao valor gerado para a empresa T.

Essas relações complexificadas fazem crer na existência de uma suposta igualdade de relações

entre dois “agentes econômicos” em “mesmas condições” perante a esfera de circulação de mercadorias, sob o discurso de empregabilidade, que, segundo Tavares (2004, p. 21), oferece “a possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalistas [...] opera o culto ao individualismo”.

O trabalho desenvolvido por Antonio Jorge não representa, de fato, um trabalho autônomo; acontece um simples deslocamento e não uma alteração na natureza da atividade, pois em Marx *apud* Tavares (2004, p. 184)

os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas.

5 CONCLUSÃO

Para continuar e garantir a dinâmica da acumulação o sistema capitalista reforma constantemente as condições do processo de produção e, conseqüentemente, restabelece a submissão e controle da força de trabalho intensificando o ritmo de trabalho e/ou da não remuneração de horas-extras.

Na maioria das ocupações informais existe subordinação ao sistema produtivo hegemônico, possibilitada, principalmente, pela chamada reestruturação produtiva do capital; no entanto, isso se faz mediante a dissimulação do seu caráter coercitivo, como se o trabalhador individualmente pudesse definir sua remuneração.

O crescimento das ocupações informais é entendido como conseqüência do elevado nível de desemprego, da desregulamentação exacerbada dos contratos trabalhistas e não uma alternativa à desocupação. Essa inserção precária ao mundo do trabalho atende aos desígnios do capital que conta com uma força de trabalho extremamente dócil e maleável por acreditar que não está mais submetido às regras do trabalho assalariado.

O trabalhador ambulante que faz do ônibus seu local de trabalho tece relações marcadas pela constante flexibilização: no tempo de trabalho, na aquisição/produção de sua mercadoria, no escoamento de sua produção, na mobilidade (natural ao seu ambiente de trabalho), na relação com o consumidor, no assalariamento, na insegurança de proteção trabalhista, etc; uma rede de flexibilização que fragmenta o ser social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRAGA, Ruy. Mercadoria Descartável. **Sociologia Ciência & Vida**, São Paulo, a.1, n. 3, p. 40 – 47, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: Elementos para uma compreensão da “questão Social” na região. 2006. 195 p. Teses (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

GUERRA, Alexandre et al. **Trabalhadores Urbanos**: ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007. (Atlas da nova estratificação social no Brasil; v. 2).

KRAYCHETE, Gabriel. A produção de mercadorias por não mercadoria. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 85-92, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume 2. (Coleção os economistas).

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Produtos alimentícios pressionam a inflação na RMB: 1,60%**. Pará: SEPOF, 2008. 5 p. (Pará em números).

POCHMANN, Marcio. A verdadeira herança maldita. **Folha de São Paulo**, 22 de dezembro de 2003. Caderno Opinião.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOTAS

1. Considere-se, nesse contexto, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1968, que passou a administrar a distribuição desses incentivos, além da autorização de créditos para investimentos na indústria e agricultura.

2. A topografia da capital Belém é muito baixa em diversas áreas que ficam sujeitas às inundações constantes assim como existem áreas permanentemente alagadas por acidentes hidrográficos, como as bacias do Una e Tucunduba.
3. Em 1973, com a crise do petróleo, verificou-se a primeira grande recessão cíclica do período pós-guerras (1973-1975) fragilizando o setor financeiro mundial e alcançando os principais países capitalistas. Isso fez desencadear uma busca generalizada das empresas por modelos de produção e gestão que permitissem minimizar custos e maximizar lucros no domínio político, formando doutrinas capazes de conter a ação do Estado diante das questões sociais. (HARVEY, 1998)
4. Termo utilizado por Ricardo Antunes (2007 e 2006) para contextualizar a noção de classe trabalhadora, de forma abrangente e ampliada, compreendendo a totalidade de trabalhadores despossuídos dos meios de produção e que, portanto, não possuem outra alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Essa noção incorpora os trabalhadores precarizados, terceirizados, fabril, de serviços, trabalho em tempo parcial, proletariado rural, desempregados retirados do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, etc.
5. Significa, na prática, o “enxugamento” de grandes unidades produtivas mediante modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo que garantem o aumento de produtividade.
6. Esse trabalhador é qualificado segundo Antunes (2006 e 2007), citado como operariado de âmbito industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.
7. A tradução livre do inglês é meio-expediente e refere-se à jornada de trabalho em tempo parcial.
8. Para Marx (2004), o desenvolvimento da produção capitalista caracteriza-se pela combinação do trabalho social que abrevia o tempo necessário para a produção de mercadorias ao mesmo tempo em que diminui a massa de trabalhadores para um *quantum* determinado de mercadorias produzidas. Com o emprego do sistema de máquinas, a substituição do trabalhador por uma parte do capital constante (aquela parte do produto do trabalho que se torna novamente meio de trabalho) se coloca produzindo genericamente um excedente de trabalhadores como tendência expressa e apreensível que atua e se estabelece em larga escala. O trabalho passado surge aqui como meio para substituir o trabalho vivo ou como aquele meio de fazer diminuir o número de trabalhadores. Essa diminuição do trabalho humano, ou trabalho vivo, substituído pelo produto do trabalho passado aparece como *especulação capitalista*, como meio para aumentar a mais-valia.
9. Jornada em tempo parcial.
10. O conceito de setor informal aparece pela primeira vez no final da década de 1960 em um estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Quênia, na África, e em 1970 no Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), sediado em Santiago, no Chile, onde se tenta denominar esse fenômeno econômico-social cuja expansão desafiava a teoria econômica em voga.
11. Utilizaram-se os nomes reais dos trabalhadores entrevistados; no entanto, o sobrenome e outras informações que poderiam permitir suas identificações foram suprimidas.
12. Trata-se do ensino médio.
13. Ela se refere à conclusão do ensino médio.
14. Maria disse que sua mãe e pai possuem respectivamente 53 e 56 anos e, portanto, ainda não são aposentados.
15. Trabalho de empregada doméstica.
16. A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
17. Consultar Pará (2008).

Christiane Pimentel e Silva

Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).
E-mail: lilacbrik@yahoo.com.br

João Paulo Gois Alves

Economista. Aluno do Curso de Especialização em Economia Regional, do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Federal do Pará (PPGECONOMIA/UFPA).
E-mail: joaopaulogoisalves@yahoo.com.br

Universidade Federal do Pará - UFPA

Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá
Belém - Pará
CEP: 66075-110